

## A RELAÇÃO ONTOLÓGICA DA QUESTÃO SOCIAL COM A MODERNIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ivone Maria Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Bruno J. R. Boaventura<sup>2</sup>

SILVA, I. M. F.; BOAVENTURA, B. J. R. A relação ontológica da questão social com a modernidade no contexto brasileiro. **Rev. Ciênc. Juríd. Soc.** UNIPAR. Umuarama. v. 16, n. 2, p. 131-151, jul./dez. 2013.

**RESUMO:** Primeiramente, a partir do método de análise do materialismo histórico dialético tentaremos elucidar o que é a questão social. A partir desse encaixe metodológico marxista, o intuito do texto será uma breve análise da relação concreta da modernidade e questão social no contexto brasileiro. Tais premissas sendo expostas nos permitiram concluir com base na ontologia luckácsiana a relação da modernidade e a questão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão social; Modernidade; Realidade concreta; Ontologia; Luckács.

---

### INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento do que vem ser a categoria da questão social nos levou a necessidade de contextualizá-la na modernidade. É o único método apropriado para que seja feita tal contextualização é o materialista histórico dialético. A evidência da exclusividade do método é exposta por meio do detalhamento da própria relação do objeto (questão social) com o método (materialista histórico dialético), como tentaremos mostrar na parte I do presente texto.

Já na parte II do texto, mais do que simplesmente evidenciar a questão social a partir do contexto histórico europeu, tivemos então a preocupação de relacioná-la a partir da realidade concreta da modernidade no Brasil.

É exatamente por esta relação da questão social e modernidade no Brasil que conseguiremos esclarecer quais são as premissas que nos guiarão para a conclusão a respeito da identificação desta relação com base na ontologia luckácsiana.

### 1 A QUESTÃO SOCIAL E O SEU MÉTODO DE ANÁLISE

A categoria de análise central deste texto é a questão social e o método

---

<sup>1</sup>Doutora em Serviço Social pela PUC – SP.

<sup>2</sup>Mestrando em política social pela UFMT.

escolhido para desenvolvimento da pesquisa é o materialismo histórico e dialético. Primeiramente, temos que esclarecer quais são as premissas norteadoras do método de abordagem elaborado por Marx e Engels. Minayo (2007) assim o caracteriza:

O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante. Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.

Temos então as premissas do método materialista histórico e dialético: a) analisar contextos históricos; b) analisar determinações socioeconômicas dos fenômenos; c) analisar as relações sociais de produção e de dominação; d) compreensão das representações sociais. Todas as quatro premissas são fundamentais para a pesquisa da questão social, passaremos a identificá-las uma a uma.

Primeiro, esclarecemos a necessidade científica de relacionar qualquer pesquisa com o objeto, e o método escolhido. Esta necessidade evita uma atitude investigativa aleatória na escolha do método e possibilita a identificação da relação da categoria central com os elementos do método, identidade esta que expressa a justificativa científica para tal escolha. A identidade objeto/método estabelece a cientificidade, traçando os liames da coerência da linha de pensamento da pesquisa. A pergunta que poderia parecer relevante no primeiro momento de evidência da relação objeto/método é de querer pressupor um método em detrimento de outro. Sabemos que existe uma valoração nesta escolha, assim como existe uma valoração do pesquisador na escolha da categoria em análise. Quando se constata uma valoração nesta escolha, estabelece-se que a mesma é propositada, ou seja, não aleatória e não neutra. A pergunta então é: qual é a natureza dessas escolhas do objeto e do método?

A opção por investigar uma determinada categoria, assim como a escolha por um método, são de naturezas iguais. Ambas as escolhas, da categoria e do método, devem ser sim da subjetividade científica do pesquisador. Somos submetidos à avaliação própria da interligação do objeto da pesquisa com o nosso conhecimento já construído. Ao definirmos, pelos mais diversos critérios, a importância dessa ligação se faz com a responsabilidade de cientificamente construirmos um caminho para que não só a nossa intelectualidade, mas de toda a academia avance. Assim, o objeto é o início, meio e fim do caminho, e o método

é o próprio limite da trajetória científica a ser trilhada.

Nesse sentido, a escolha da categoria questão social não é dissociada da escolha do método. A pesquisa tendo como tema a questão social que expressa o antagonismo da relação trabalho/capital somente pode ser seriamente realizada pelo método dialético, mesmo não sendo uma categoria marxiana, pois permite a mais das válidas premissas: “a apropriação de contextos” Türk (Ano?), ou seja, analisar contextos históricos. Quanto à problemática léxica de marxismo e marxiano no que se refere a questão social, é esclarecida por Castelo (2010) ao lembrar que Marx e Engels abdicaram da definição teórica do conceito de questão social, mas que tal categoria como é hoje definida foi construída por ser uma constante do pensamento dos revolucionários alemães.

O método materialista histórico e dialético nos permite centralizar a questão social “não falando apenas da origem de um conceito, mas sim, a partir do seu domínio, entendê-lo historicamente, isto é, como se processou na teia da história do Brasil” (SILVA, 2008). Tal análise histórica é que nos permite aprofundar e analisar as determinações socioeconômicas da questão social.

No pensar de Oliveira (2010), que muito propriamente relaciona a questão social também como meio de análise das relações sociais de produção e de dominação, só o método dialético possibilita estudar tal categoria como “consequência da exploração do trabalho, da formação do exército industrial de reserva, da maior produtividade do trabalho, da mais-valia etc” (SILVA, 2008, p. 19).

Assim, a questão social é uma categoria do pensamento marxista, e é exatamente este pensamento que possibilita centralizá-la no debate acadêmico para efeito da compreensão das representações sociais que orbitam a sua volta. A afirmação que fazemos desde já é da indissociabilidade entre questão social (categoria) e marxismo (método de análise). Passemos então a entender tal relação um pouco mais a fundo.

Fugindo do objetivismo propagandista stalinista, mas a objetividade da exploração do que vem a ser materialismo, histórico e dialético e as respectivas relações com a questão social nos possibilitam enquanto pesquisador estabelecermos um raciocínio metodológico equiparado como uma linha usada pelos mergulhadores de cavernas: o saber do início e a tranquilidade do retorno.

Ao cérebro humano foi possibilitado a consciência do objeto. O materialismo marxista é o contrapondo ao idealismo hegeliano em relação a esta consciência. Sintetizar tal dualidade do modo de encarar o objeto pelo homem não é tarefa simples e desejada, mas no processo de pensamento em Hegel partimos da idealização do homem para o objeto, e já para Marx o caminho é inverso: da realidade do objeto ao homem<sup>3</sup>. A compreensão dessa realidade do objeto no

<sup>3</sup>O meu método dialético é, pela base, não apenas diverso do de Hegel mas o seu directo oposto. Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma mesmo num sujeito autônomo sob o nome de

materialismo marxista é explicada por Netto (2009) como:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (...) Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples.

A relação da questão social com materialismo é a própria fuga do idealismo e do determinismo divino do destino do homem. A ordem do pensamento religioso, metafísica, não é capaz de explicar a realidade da miséria. Após o materialismo, não poderia a pobreza ser idealizada como a força divina atuando na escolha dos afortunados e dos miseráveis, mas sim como caracterização da realidade essencial da consequência concreta do capital na exploração do homem pelo homem. Esta se tornaria a estrutura e dinâmica da questão social pela análise marxista, baseadas nas quatro premissas já expostas.

Propriamente ao método em si, o materialismo está associado ao adjetivo de histórico, em razão de que a proposta do método é de analisar os contextos históricos como trouxe a definição de Minayo (2007). Tal definição do histórico no materialismo não elucida qual vem ser a definição de história adotada nesta pesquisa.

A importância da historiografia, já dizia Prado Júnior (1999), é a sistematização da experiência coletiva do homem e a elaboração teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana.

Para Fernandes (2005), o histórico se confunde tanto com o que varia

---

Ideia – é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenômeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal [Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem.” MARX, Karl. Posfácio à segunda edição alemã de “o Capital.” In: Marx Engels Obras Escolhidas. Tomo II. Lisboa: Ed. Avante, 1985.p.103

quanto com o que se repete, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos atores (manter, renovar ou substituir o padrão de civilização vigente).

O que devemos perceber é que as duas definições ressaltam a história como orientadora da conduta humana, orientadora, por óbvio, da conduta humana em relação a questão social.

O que consideramos como relevante é que tais definições demonstram que o que é histórico para o pesquisador necessariamente passa primeiro pela caracterização da relação do indivíduo com o coletivo. A partir do seguinte aforismo de Gramsci (1986, p. 38) é possível extrairmos com clareza o raciocínio: “o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos.” A história pode ser os atos dos chamados homens importantes na visão que privilegia o individualismo heróico, ou os mais importantes atos da coletividade, mesmo que transpassados por alguns dos homens que representam tal coletivo.

Ao considerarmos a primeira das premissas marxistas quanto à sociedade, a história, no sentido colocado por Engels (1985) da organização dos indivíduos e a relação desta organização com a natureza, temos o homem como natureza historicamente transformada e de autotransformação, evidenciando a característica social da essencialidade humana de se relacionar com a natureza de modo a transformá-la e concomitantemente transformar a si próprio nessa relação (ENGELS, 1985). A pesquisa acadêmica não foge de tal essência. Esta dupla transformação é a unidade da teoria e prática, já que considera a pesquisa como meio de conhecer e transformar o mundo, e como consequência natural transformar o próprio pesquisador (BATTINI, 2009).

É a interpretação da história que nos permite transcender os fatos isolados e formular uma concepção mais completa de toda a relação do homem com a natureza, e principalmente do homem com a sua própria natureza, ou seja, na medida em que o homem sendo um ser social não mais dependente dos fenômenos naturais é da relação do homem com o próprio homem que temos a fonte central da descrição de sua história.

A história de um homem individualmente considerado é tão pouco significativa como a história vazia de concepções sem a necessária alusão ao processo histórico vivenciado. Ao que é histórico, não basta as respostas das perguntas de quem ou o que, sem nos aludirmos as perguntas “como, porque e quando?” Este é um desafio da pesquisa, e também o é para a pesquisa em política social, como coloca Faleiros (2009) quando expõe que necessitamos considerar o cenário das mudanças em complexidade e sua heterogeneidade. O desafio ressaltado é que a cada contexto histórico não basta a análise superficial. O desvelar da complexidade do contexto histórico então está no entender das especificidades que lhe tornam heterogêneo. Especificidades que compõem as determinações

socioeconômicas, relações sociais de produção e de dominação, e as representações sociais.

Especificidades não só econômicas, mas sociais. Não recairemos em um ledô engano: não é do marxismo o vislumbrar somente pelo econômico (ENGELS, 1985). Antes de tudo, é um projeto societário da abolição de toda forma de exploração do homem pelo homem (FONTANA, 1998).

Ao considerarmos respectivamente toda aquela complexidade de elementos, os personagens, a luta, o resultado, a razão e o momento, teremos a capacidade de abstração de subjetivismos ocô para transfiguração da história: a compreensão da luta de classes e a relação com a questão social. Luta que faz acontecer a história, luta “(...) entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diferentes etapas do desenvolvimento social.” (ENGELS, 1985, p. 98). O que para Fernandes (2005) é a luta pelo controle do Estado e do alcance da mudança social.

É a própria questão social o princípio da luta de classes. A questão social é e será considerada neste texto como histórica, impossibilitando que possamos analisá-la sob o ponto de vista individualista e isolado. A questão social não é fato isolado, pelo contrário torna-se questão por ser historicamente constatado o questionamento quanto a miséria ao do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista.

Não tornar o pauperismo simplisticamente como algo individual, e sim socialmente determinado, é considerar que, por regra social, o que menos prevalece é o mérito do indivíduo, e sim uma determinante histórica construída por meio do domínio de uma classe sob a outra. A razão é porque o domínio de uma classe tem que ser contestado por outra, já que a questão social sendo considerada como histórica não existe por simples ausência de caridade, e sim por completo desrespeito a igualdade pelo atual padrão de civilização vigente.

A centralidade do método marxista não é propriamente o materialismo, mas a posição central da historicidade deve-se ao simples fato de que é a luta de classes a chave mestra do pensamento marxista. É mais que literalmente, mas cientificamente o que liga a palavra materialismo à dialética.

Voltemos a categoria central do nosso texto. A relação da dialética com a questão social pode ser assim fundamentada: “(...) a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira” (SILVA, 2008, p. 14). Estando no centro das lutas sociais, é a categoria que explica a dinâmica das forças na tensão dialética do poder. A tensão é a luta de classes transposta na superestrutura do Estado.

Ao estudarmos a questão social poderemos, a partir do contexto histórico, desenvolvermos a relação da superestrutura do Estado em relação ao que a classe trabalhadora defendeu como projeto de sociedade, como disse TÜRKCK

“apontar para a intencionalidade de uma estrutura social (TÜRCK, ano?, p.?).” Uma só sociedade, mas pelo menos dois projetos, necessariamente tal apontar de um estrutura social é dialético, em uma sociedade capitalista, tem versões antagônicas: a questão social de um lado e a acumulação do capital de outro.

Aqui, neste ponto, a polêmica desemboca. A concepção materialista e histórica da vida nos faz possível contextualizar uma possibilidade em detrimento de outra. Mas qual seria a relação destas forças nesta tensão? Qual é a ética deste diálogo? Primeiro, a diferenciação entre a dialética da natureza e a dialética social. A diferença basilar, trazida por Netto (2011), é esculpida a partir do valor liberdade:

Na natureza, onde não existe liberdade, mas acaso, predominam causalidades e necessidades. Na sociedade, há leis causais, necessidades, mas há também alternativas: se a sociedade não tem um fim predeterminado, os homens, que atuam sempre coletivamente, têm projetos, finalidades e objetivos (NETTO, 2011, p. ?).

A liberdade de alternativas significa o não domínio da causalidade e da necessidade, como ocorre na natureza. A sociedade que não predetermina coletivamente a sua finalidade estará sujeita à projetos, finalidades e objetivos de homens que atuam coletivamente. A dialética da dialética envereda por algo bem simples: na natureza não temos escolhas, na sociedade existe alternativa. Aos que é possibilitada a organização, são esses a determinar as escolhas.

A dinâmica da dialética social sendo possível de alternativa pela organização humana é desenvolvida na relação que congrega os indivíduos a fazerem parte do que Prado Júnior (2001, p. 44-45) chamou de complexo de relação integrada num conjunto. A integração é a mentalização da realidade, a partir de uma unidade da razão coletiva de “feições, situações, circunstâncias sócio-econômicas em geral antes percebidas separada e fragmentariamente.”

O texto debaterá a essência dessa unidade da razão coletiva como produto do diálogo das éticas sociais (projetos societários) a que, supostamente, integram-se em um Estado Democrático. O que indagamos pela compreensão da relação dialética da questão social e da ideologia do lucro é se a totalidade concreta do unitário (Estado) considera ou não tão multiplicidade. O Estado deveria sempre entendido como resultado de uma inter-relação (ação recíproca) (BOBBIO, 2006). Assim como sociedade é a totalidade da dialética social, ou seja, a compreensão concreta do unitário da inter-relação recíproca dos diálogos das éticas que projetam ao que vem a ser a própria sociedade.

Tal inter-relação seria realizada quando no embate não se enxerga uma nova tese vencedora, mas sim um *blend* na qual a tese envelhecida é rejuvenescida pela preponderância da atualidade da maioria, num jogo democrático em que

o avanço social não poderá ser o único caminho, mas eticamente deveria ser o caminho a ser seguido. Caracterizado em um possível equilíbrio dialético reflexivo, a conclusão dos contrários baseando-se em premissas verdadeiras e conclusões de ampla aceitação, não numa linha puramente de exclusão de antítese sobre tese. As forças, na tensão dialética do poder, enfrentam-se entre aquilo que já se conquistou e aquilo que deseja conquistar como Estado.

A totalidade tem níveis de graduação, e tais níveis também se relacionam dialeticamente. O nível a ser utilizado no texto, baseando-se na seguinte classificação de Konder (1981, p. 36-38), será o mais abstrato:

“Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. E, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da história da humanidade, quer dizer, a dinâmica realidade humana como um todo (nível máximo de abrangência da totalização dialética). Observemos a sociedade brasileira. Podemos analisá-la em três níveis distintos. Num primeiro nível, podemos estudar seu regime jurídico-político, suas leis, suas instituições, seu sistema administrativo, a estrutura do seu Estado. Num segundo nível, podemos mergulhar mais fundo e procurar examinar a história da sociedade brasileira, a relação existente entre sua vida política, seus problemas sociais e sua economia; podemos encará-la como formação sócio-econômica. E, finalmente, num terceiro nível, mais geral e mais abstrato, podemos fixar nossa atenção no modo de produção que se acha na base da formação sócio-econômica existente”.

Para tanto, a análise da questão social deve ser qualitativa enveredada pelo enfoque crítico - dialético baseado nesta visão histórico-estrutural já esmiuçada, descartando o enfoque subjetivista-compreensivista do pressuposto fenomenológico que tenta compreender a conduta humana isolada do contexto histórico (TRIVIÑOS, 1987).

## **2 A EVIDÊNCIA DA REALIDADE CONCRETA DA MODERNIDADE BRASILEIRA PELA QUESTÃO SOCIAL**

Adjetivar a modernidade como brasileira é assumir o desafio de querer entender a repercussão no Brasil do projeto civilizatório ocidentalizante da Europa constituído a partir da Revolução Francesa e da Revolução Inglesa, transformações ocorridas na Europa do século XVIII. Tal desafio instiga o pesquisador

de qualquer área em razão da necessidade de se compreender a origem de nossa contemporaneidade enquanto nação, a nossa própria origem enquanto emerso e imerso nesta sociedade dita moderna.

É um desafio que divide a sociologia em inúmeras interpretações. Acreditamos que esse texto pode contribuir com tal debate, partindo da questão social como categoria de análise e definidora da nossa particularidade histórica na modernidade, o que estamos chamando aqui de “modernidade brasileira”. Adotando, assim, o percurso metodológico de pesquisa orientado pelo estudo de Silva (2008, p. 19) sobre a questão social no qual afirma a autora: “(...) não estamos falando apenas da origem de um conceito, mas, sim, a partir do seu domínio, entendê-lo historicamente, isto é, como se processa na teia da história do Brasil.”

A questão social como um dos elementos que caracteriza a “modernidade brasileira” é possível, pois tal categoria faz a mediação na relação capital-trabalho das esferas de atuação desenvolvidas a partir da modernidade: Estado, Sociedade e Mercado.

Dessa forma, devemos fazer uma análise da evolução institucional brasileira, tendo como ponto central estabelecer um debate de que a questão social é consequência da modernidade, ainda que não se deva negar seus méritos para o avanço da civilização. Objetiva-se a análise da “modernidade brasileira” tendo como referência a análise da questão social.

Ao adotarmos o método marxista do materialismo histórico e dialético temos como compromisso fazer uma reflexão da herança temporal do Brasil que levou-o a navegar na modernidade, a chamada por Ianni (1992, p. 9) de raízes da sociedade nacional, “quanto às expressões do povo, cultura, regiões, grupos raciais, classes sociais. Trata-se de conhecer o tecido que articula a sociedade e o Estado.” Devemos então, tentar elucidar as raízes da nossa particularidade na modernidade, como disse Prado Júnior (1999, p. 31): “emparelhar aos padrões do mundo moderno”, compreendendo essa particularidade como constituinte de uma totalidade mais complexa, que é a modernidade. Essa particularidade existe, já que a modernidade foi concebida no rearranjo institucional do Estado nação (Revolução Francesa) e da produção capitalista sistemática (Revolução Inglesa), ou seja, o Estado, a Nação (Sociedade Civil) e o Mercado. Tais ápices históricos enraizados em características particulares da história europeia. É inimaginável que um projeto civilizatório possa ser construído (fora de contexto social) sem a influência das raízes históricas do espaço social. Tais raízes históricas são capazes de explicar então a particularidade da civilização em questão.

Tal reflexão segue não só o percurso metodológico de pesquisa, mas também o parâmetro conceitual de Silva (2008) baseado em três observações primordiais: 1ª) a questão social adquire em cada contexto uma particularidade histórica e uma forma específica de encaminhamento e tratamento; 2ª) a questão

social deve ser compreendida a partir da formação social específica; 3ª) a questão social no Brasil extrapola os limites dos anos de 1930. Assim, devemos caracterizar a “modernidade brasileira” a partir da particularidade histórica e da forma específica da questão social pelo estudo da formação social do Brasil.

A modernidade ao ser conceituada como a nova etapa do contínuo processo global de europeização do mundo tem como elucidação da geopolítica que é um projeto civilizatório no qual a própria cronologia da divisão da história é objetivada tendo a Europa como o centro do sistema do mundo. Como bem analisa Dussel (2011): a modernidade sendo europeia não é um projeto independente, autopoietico, ou altruísta, mas, sim, a projeção de um sistema mundial, fundamentalmente, de submissão da Ameríndia aos interesses europeus.

Então, nesse projeto civilizatório cabe à Europa como centro da história e do mundo a administração planetária das nações modernas, baseada nos seguintes pressupostos: o capitalismo como sistema econômico, o liberalismo como sistema político, o eurocentrismo como ideologia, o machismo como sentido erótico, o reino da raça branca no racismo, e a destruição da natureza como ecologia (DUSSEL, 2011).

O objeto central da nossa reflexão, a relação entre modernidade e questão social, permite-nos então fundir uma análise da aplicação de tais pressupostos no Brasil capaz de uma conclusão segura quanto à característica da “modernidade brasileira”.

Tal análise já nos permitiu uma primeira conclusão: a modernidade na própria Europa resalta o caráter aporético da indissolúvel antinomia da relação capital-trabalho, ou seja, a sociedade capitalista moderna depende da existência da questão social (BOAVENTURA, 2012). Depende da existência da miséria para que seres humanos sejam explorados em ligações interdependentes em cadeia mundial pelo grilhão do único interesse existencial da sociedade capitalista moderna: o lucro.

A constatação da criação da necessidade interdependente do centro para periferia do mundo torna-se óbvia a medida que se entende o papel da periferia na reorganização político-econômico do mundo moderno nos três componentes que inter-relacionados definem tal reorganização da criação da produção capitalista sistemática e do Estado - nação: colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico (ARRIGHI, 1996). Ianni (1992) explica que são tais processos que explicam os movimentos da formação histórica do Brasil, detalhando que o nacionalismo econômico no Brasil deve ser compreendido como a própria peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.

A questão social é o ponto fulcral desta interdependência do capital internacional, já que é fundamentada na exportação da opressão dos países centrais da modernidade para os países periféricos. Ao latino-americano, interessa

saber que tais ligações interdependentes em cadeia global, como colocou Bueno (2002), são expressas da seguinte forma: a agradável modernidade dos países dominantes dependente das condições (pré-moderna, anti-moderna ou sub-moderna) da América Latina.

A América Latina exerce o papel de periferia do mundo moderno. Esse contexto histórico nos leva a enxergar a existência de uma aproximação no campo espaço-tempo da nossa questão social, fazendo com que nos incluamos na chamada questão social latino-americana, entendendo as suas peculiaridades, como bem traz Wanderley (1996, p. 63):

A questão social latino-americana se põe, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. Em consequência, ela deverá ser entendida e datada de modo distinto, tendo em vista as suas peculiaridades, mesmo sabendo que ela tenha ganhado foros de emergência pública e tenha sido nominalmente reconhecida como tal num momento preciso da história européia em que se consagrou a expressão.”

Em razão disso, é que temos a segunda das premissas dessa presente reflexão: a visão crítica em relação a modernidade no Brasil, já que a necessidade histórica explica a diferenciação da visão científica daqueles que querem romper com os grilhões da dependência, ou seja, os latinos americanos (BUENO, ano?). Wanderley (1996) esclarece para o entendimento da questão social latino-americana é necessário o estudo do processo histórico-estrutural, é necessário entender os traços indelévels dessa formação:

Seguindo uma clássica orientação, entender a questão social hoje na América Latina exige uma revisitação da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades do nosso continente. Mesmo porque a situação atual, com todas as mudanças que devem ser incorporadas na compreensão dessa questão, guarda traços indelévels dessa longa história que a condiciona: colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, políticas sociais, etc (WANDERLEY, 1996, p. 51).

A relação de domínio/exploração do centro/periferia e modernidade são assim caracterizadas por Santos (2000, p. ?) como condicionantes do “lado perverso da difusão do progresso sobre a face do planeta”:

Modernização e agravamento da desigualdade têm sido uma cons-

tante, constituindo, aliás, o lado perverso da difusão do progresso sobre a face do planeta. O Brasil é um exemplo de país para o qual a modernidade, em todas as fases de sua história nos últimos cinco séculos, impõe-se, sobretudo, como abertura aos ventos de fora. Como essa abertura foi quase sempre ilimitada e sem freios, a modernidade à moda brasileira é igualmente sinônimo de abandono (SANTOS, 2000).

Tal exploração é baseada na relação da produção capitalista sistemática pela conseqüente mundialização do capital no que refere ao centro e a periferia engendrada pela modernidade na divisão internacional do trabalho. A relação da burguesia internacional com o agente social do capitalismo nacional é explicada pela denominada por Fernandes (2005) de dupla articulação. Brincando com os termos mais citados por Fernandes (2005) na obra “A revolução burguesa no Brasil”, a dupla articulação é a busilis da forma compósita do nó górdio do capitalismo selvagem, ou seja, é a explicação da essência da caracterização do capitalismo no Brasil como selvagem.

A partir da necessidade de introdução da revolução burguesa pela ordem interna, a articulação ao capital internacional é assumida primeiramente, pelo transmutado senhor de engenho em suposto agente motriz revolucionário caracterizado, muitas vezes, erroneamente como a própria *burguesia nacional*. Propriamente, não há como falar na existência de burgueses, mas sim de um domínio econômico de um substrato social. Tão pouco em uma caracterização uniforme de âmbito nacional desse substrato.

A demonstração de força do domínio pelo patronato político econômico senhorial na ordem externa, a partir de sua forma embrionária do senhor de engenho, é o controle jurídico-político do Estado. A demonstração de força na ordem interna é o controle econômico do mercado (FERNANDES, 2005). Em síntese era a força da demonstração dos interesses da oligarquia nacional na ordem econômica, social e política, como ressalta esse mesmo autor:

À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu no pião da transição para o “Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização (Id. Ibid, p. 247).

A dupla articulação é a explicação da formação sóciohistórica brasileira a partir da constatação da existência de uma relação da ordem externa (centro) e a

ordem interna (periferia), sendo a ordem externa representada pela seguinte cronologia: 1º Portugal – regime colonial; 2º Inglaterra – ordem social competitiva; e 3º - EUA – capitalismo monopolista. Já a ordem interna: 1º - Brasil Colônia; 2º - Brasil Independente; e 3º - Brasil República. Tal cronologia será adotada nesta pesquisa.

O adjetivo para caracterização dessa articulação é dupla. Dupla por ser entre a *burguesia nacional* e a burguesia estrangeira como agentes da articulação, assim evidenciada por Fernandes (2005, p. 283):

1º) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2º) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais.

A dupla articulação é a própria relação dialética da dependência, na qual o autor evidencia a estrutura da “modernidade brasileira” como o capitalismo dependente da ordem externa e o capitalismo selvagem da ordem interna. Dialética já que há um antagonismo constante, latente ou manifesto, por exemplo, no primeiro momento de regime colonial entre a base econômica de formação social escravista no Brasil e a tendência mercantil do capitalista estrangeiro (GORENDER, 1985).

Os rearranjos institucionais do Estado nação no Brasil devem ser compreendidos, como colocou Albuquerque (2010) e Clementino (2010), pela predominância dos influxos externos, emanados dos centros do capitalismo internacional, conseqüentemente, desfigurando quaisquer dos influxos internos das necessidades internas da burguesia nativa comprometidos com um projeto nacional.

Tais influxos do rearranjo institucional brasileiro, engendrados pela dupla articulação, são duplamente desvirtuados em razão de que: 1º) no nível da articulação da ordem externa com a ordem interna: ao assumir para si, o Brasil adota um projeto com um vício de origem: a sociedade capitalista a partir das revoluções modernas não têm como o propósito existencial a promessa de riqueza para todos, nem a liberdade política do indivíduo pobre, nem tão pouco a igualdade social do coletivo, ou a solidariedade integradora, e sim o lucro máximo do europeu; 2º) no nível de execução da articulação na ordem interna: ao executar tal projeto, a *burguesia nacional* deforma o modelo europeu com redefinições e adaptações precárias das instituições jurídicas e políticas reforçando o predomínio das vontades particulares na constituição do cenário sociopolítico brasileiro, evitando a separação das esferas pública e privada, como evidencia Soares (2012).

A segunda das desvirtuações, não exclusiva, contudo marcante da histórica brasileira, a ausência da distinção da esfera pública e privada, o chamado “privatismo” faz com que o Brasil persista em fazer privado aquilo que moderadamente já é caracterizado como público. O tradicionalismo brasileiro sobrevive por mais tempo que o feudalismo europeu, vejamos o raciocínio de Matos (2011, p. 171):

O patrimonialismo, o feudalismo e o patriarcalismo, no entanto, têm em comum o não reconhecimento da distinção entre a esfera pública e a esfera privada, ou melhor, o desconhecimento da esfera pública. Assim, a esfera estatal é regida como patrimônio privado, ou seja, nas três teorias impera o “privatismo”, que, na falta de outra expressão melhor, significa não apenas que os critérios, os procedimentos e as regras típicas das relações privadas, isto é, no âmbito da família, dos amigos, do empreendimento agrário, comercial ou industrial (ênfase para o agrário), aplicam-se, também, nas relações com o Estado e em espaços que a modernidade considera públicos.

Tal persistência é reminiscência de uma ordem política antiquada aos padrões do mundo moderno, o que leva a considerar que politicamente o Brasil *tardeia* em entender que a modernidade como projeto da razão iluminista intenta a impessoalidade do poder. Independentemente da visão sociológica assumida, tal característica é marcante como bem detalha Tavolaro (2011, p. ?):

Dessa feita, seja em decorrência do impacto marcante do patrimonialismo estatal (Faoro e, no entendimento de Jessé Souza, também DaMatta), seja em função da herança legada pelo poder supremo do pater familias e da estrutura familiar (Freyre e Buarque de Holanda), não se conseguiu estabelecer um aparato estatal regido por normas propriamente impessoais e racionais na mesma proporção observada no “centro”.

A distorção ocorrida é bem caracterizada também por Netto (1996, p. 18) ao lembrar que no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados. A *pessoalização* do exercício do poder na “modernidade brasileira” pelas classes dominantes tem para Netto (1996, p. 19) “um fio condutor que costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social.”

Na internalização da modernidade no Brasil por meio da dupla articulação do capital internacional e da *burguesia nacional*, ou seja, a partir da conceituação da modernidade como projeto civilizatório europeu e consequente ne-

cessidade da visão crítica desse processo histórico temos as seguintes premissas maiores: 1ª) o Brasil é na dupla articulação estabelecido como economicamente periférico, ou seja, como fonte de acumulação primitiva do mercado mundial centralizado na Europa; 2ª) o Brasil é na dupla articulação constituído com o propósito de ser tardiamente político, ou seja, mediante desvirtuação ainda mais profunda do projeto político institucional original iluminista pelo liberalismo, consubstanciado o Estado brasileiro no privatismo de extrema exclusão popular, evitando propositadamente a constituição de um Estado – nação independente.

Tais premissas nos possibilitam então olhar com consciência, conforme Ianni (1992), para o insólito caleidoscópio de realidade e imitações que é a ideia do Brasil Moderno, nos possibilitam ver a caricatura que é a ideia de Brasil Moderno, resultante de imitações apressadas de outras realidades ou configurações históricas, esquecendo das nossas realidades nacionais múltiplas, antigas e recentes.

Tais premissas nos leva a entender que a modernidade é o próprio processo histórico da consolidação mundial da contradição da relação capital-trabalho reproduzindo-a na relação centro-periferia. Ao longo do tempo a modernidade se torna a própria defesa do projeto civilizatório da mundialização da divisão social do trabalho pela divisão internacional do trabalho.

Então na prática de um sujeito político imerso na modernidade periférica do século XXI, a modernidade deve ser entendida como estratégia da consolidação do domínio capitalista pelo mundo, uma manifestação do imperialismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Primeiramente, devemos lembrar que a inter-relação da modernidade com a questão social nos levou as seguintes premissas: 1º) o caráter aporético da indissolúvel antinomia da relação capital-trabalho é de que a sociedade capitalista moderna depende da existência da questão social; 2º) não resolvemos o dilema existencial que a realidade modernidade impôs a sociedade humana, a questão social, então a modernidade é incompleta.

As premissas da inter-relação da modernidade com a questão social nos leva a concluir que a relação das categorias, modernidade e questão social, é histórica – dialética.

Tal reflexão segue não só o percurso metodológico de pesquisa, mas também o parâmetro conceitual de SILVA (2008) baseado em três observações primordiais: 1ª) a questão social adquire em cada contexto uma particularidade histórica e uma forma específica de encaminhamento e tratamento; 2ª) a questão social deve ser compreendida a partir da formação social específica; 3ª) a questão social no Brasil extrapola os limites dos anos de 1930 (SILVA, 2008).

Assim, iremos caracterizar a “modernidade brasileira” a partir da particularidade histórica e da forma específica da questão social pelo estudo da formação social do Brasil.

Histórica, já que a questão social ao longo do tempo é o próprio reflexo da realidade do projeto civilizatório da modernidade como o processo histórico da constituição da sociedade capitalista. Dialética, na medida em que a questão social é a contradição essencial da modernidade, é possível então conceituá-la como expressão da própria particularidade da modernidade.

As premissas da internalização da modernidade no Brasil pressupõem a seguinte afirmação: a relação da modernidade com a questão social é ainda caracterizada por diferenciação das particularidades nos diferentes espaços. A formação social brasileira é incluída na modernidade como periférica, não possui assim a mesma particularidade da questão social do centro.

A questão social identifica mais do que a crônica do salário, de emprego e desemprego, de relações estatísticas múltiplas a que se possa imaginar, sendo a própria categoria que expressa a realidade do sentido da opressão na relação trabalho/capital. É a manifestação das características da realidade a partir da observação do trabalho. É o retrato histórico realizado pela sociedade como a questão que oprime o trabalhador, enquanto ser social, enquanto classe.

A questão social evidencia a caráter aporético imanente da sociedade capitalista que se utiliza para fundamentar a coesão social ou se evidencia a realidade histórica da insuperação do capitalismo da desigualdade.

Ousamos então a aprofundar a caracterização da relação dialética da modernidade com a questão social com base na ontologia de György Lukács.

A modernidade como processo histórico do impulso da singularidade burguesa para universalidade civilizatória tem como reflexo uma contradição essencial, a questão social como particularidade possível de caracterizar, em cada contexto histórico (tempo e espaço), a humanidade enquanto totalidade concreta (LUKÁCS, 1974).

A possibilidade de tal conclusão é possível ao compararmos as nossas conclusões com aquilo que fundamenta a ontologia lukácsiana.

A nação como unidade mais abrangente do contexto histórico (tempo e espaço), até então, é a manifestação da tendência de integração do gênero humano com a superação das particularidades locais de formas iniciais de sociedade direcionada para o mercado mundial como unidade social efetiva da humanidade. A intensidade desta unificação de integração na nação se relacionada diretamente com o caráter pré-nacional ou nacional primitivo. Tal relação é o próprio princípio da contradição em face desta nova forma de unificação da nação (continuidade e descontinuidade). Tal princípio da contradição caracteriza inclusive a particularidade da tendência unificadora daquela constituição econômico-social

como unidade no contexto histórico (LUKÁCS, 2010).

A criação da sociedade capitalista pela unificação pela nação, ou podemos chamar de modernidade, se desenvolve em duas frentes, conforme já vimos: 1ª) a integração econômica é o desenvolvimento causal puramente econômico, isento de qualquer dimensão valorativa, ou seja, o mercado (Revolução Inglesa); 2ª) a integração política já que desenvolve uma necessidade para garantia da integração econômica da dominação de uma *desideologia* da violência para sustentação da exploração e da opressão, ou seja, o Estado (Revolução Francesa) (Id. Ibid).

Acontece que a tendência da unidade social efetiva da humanidade, que no capitalismo é o Estado-nação para segurança do mercado da modernidade, possui então unidades de contextos históricos particulares que se inter-relacionam. Lukács (2010) avisa então que tais inter-relações somente são possíveis de compreensão no reconhecimento da prioridade dos complexos em relação aos chamados elementos, as chamadas de inter-relações internas, que são aquelas que desencadeiam o processo histórico.

O elemento, a categoria, a essencial da realidade, que escolhemos para compreender tal inter-relação é a questão social, já que é recíproca nas unidades e nos contextos históricos da modernidade, ou seja, é possível uma relação categorial recíproca. mediante observação histórica, tentando evidenciar como articulam entre si os complexos singulares (nações) ligados no processo unitário (modernidade). A observação histórica das forças transformadoras preponderantes da integração da generidade comum (a modernidade) tem uma necessidade de compreensão a partir do seu caráter pré-nacional ou nacional primitivo (LUKÁCS, 2010).

Em termos teóricos tais inter-relações já foram tratadas por Marx apenas relativamente a um estágio precedente. Primeiro, mostra a imposição dos modos de produção pelo povo conquistador. Daí surgiu um colonialismo, do qual os povos que buscam sua independência tentam escapar e os conquistadores novos e antigos tentam manter de um modo ideologicamente modificado – mas apenas na superfície -, preservando sua natureza econômica; em segundo lugar, ele mostra a manutenção da velha economia, na medida em que se limita à tributação, modo que hoje não tem mais nenhuma atualidade imediata; terceiro o caso da inter-relação dos dois sistemas, da qual pode surgir algo novo (Id. Ibid, p. 319).

O algo novo a que menciona Marx citado por Lukács é exatamente a particularidade da modernidade brasileira que devemos apreender a partir da observação histórica da questão social na inter-relação do centro com a periferia,

e da periferia com a sua própria periferia, ou seja, na inter-relação dos complexos do todo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N. de M.; QUEIROZ, P. R. C. Dominação de classe, modernidade periférica e a construção da “democracia subdesenvolvida” no Brasil. Trabalho publicado nos **Anais** do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3576.pdf> Acessado em: 20.10.2012.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. SP:Unesp,1996.

BATTINI, O. A Pesquisa nas Ciências Sociais: Desafios e Perspectivas. **Emancipação**, Ponta Grossa, 3, apr. 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/36/33>. Acesso em: 30 May. 2012.

BOBBIO, N. Nem com Marx, nem contra Marx. Organização Carlo Violi. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. SP; UNESP, 2006.

BOAVENTURA, B. J. R.; SILVA, I. M. F da. A incompletude da modernidade pela aporia da questão social. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 49, ago. 2012. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/49715>>. Acesso em: 1 out. 2012.

BUENO, R. **Polarized Modernity**: Latin America at the Postmodern Juncture. In: Latin America WritesBack. Postmodernity in the Periphery (An Interdisciplinary erspective). Edited by Emil Volek. London. Reference library of humanities. Hispanic Issues; v.28. 2002. p.195.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista PRAIAVERMELHA** / Rio de Janeiro / v. 20 nº 1 / p. 85-94 / Jan-Jun 2010

DUSSEL, E. **The “World-System”**: Europe as “Center” and Its “Periphery” beyond Eurocentrism. In: Colonialism and its legacies. Edited by Jacob T.Levy. Lanham:Lexington Books,2011.

ENGELS, F.; MARX, K. Engels a Joseph Bloch. In: Marx Engels Obras

Escolhidas. Tomo III. Lisboa: Ed.Avante, 1985.

\_\_\_\_\_. Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista. In: Marx Engels Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Ed.Avante, 1985.p.8.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. In: Marx Engels Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Ed.Avante, 1985.p.98.

FALEIROS, V. Desafios para a pesquisa em política social. **SER Social**, Brasília, Vol. 0, N. 9, nov. 2009. Disponível em: <[http://seer.bce.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/53/47](http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/53/47)>. Acesso em: 15 Mai. 2012.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 5 ed. SP: Globo, 2005.

FONTANA I LAZARO, J. História: análise do passado e projeto social. Tradução de Luiz Roncari. SP: EDUSC, 1998.

GORENDER, J. O escravismo colonial. 4 ed. SP: Ática, 1985.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 6ª ed. R: civilização brasileira, 1986.

IANNI, O. **A idéia de Brasil moderno**. SP: Brasiliense, 1992.

KONDER, L. **O que é dialética?** 25ª edição. SP:Editora brasiliense,1981.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Estudos de dialéctica marxista. Lisboa: Escorpião, 1974.

MARX, K. Posfácio à segunda edição alemã de “o Capital.” In: Marx Engels Obras Escolhidas. Tomo II. Lisboa: Ed.Avante, 1985.

MATOS, N. J. C. Modernidade e Tradicionalismo No Brasil. **Arquivo Jurídico**, v. 1, n. 1, jul/dez 2011.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In:Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (org.) 26. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2007.

PAULO NETTO, J. **Entrevista. Trabalho. Educação. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul. /out.2011

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. IN: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, E. A. de. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Rev. katálysis**, vol. 13 n. 2, Florianópolis, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. SP: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. SP: Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

SANTOS, M. Por um modelo brasileiro de modernidade. Artigo publicado no “Correio Brasiliense” no dia 15.10.00. Disponível no site: <http://www.fsc.ufsc.br/~marilena/milton.html>. Acessado em 15.10.12.

SILVA, I. M. F. da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SOARES, G. S. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 31-44, jan./mar. 2012.

TAVOLARO, S B. F. F. **Damatta e o lugar da natureza na “Singularidade Brasileira”**. Lua Nova, São Paulo, 83: 217-257, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. SP:Atlas, 1987.

TÜRCK, M. da G. M. G. O LUGAR DO MÉTODO NA FORMAÇÃO E NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR EM SERVIÇO SOCIAL. Orientadora: Dra. Jane Prates. Porto Alegre.

WANDERLEY, L. E. W. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho.** In: Desigualdade e Questão Social. Lúcia Maria Machado Bógus, Maria Carmelita Yazbek, Mariangela Belfiore (orgs.). 2. ed. SP: Educ, 1996.

### **THE ONTOLOGICAL RELATION OF SOCIAL ISSUE WITH THE MODERNITY IN BRAZILIAN CONTEXT**

**ABSTRACT:** First, from the method of analysis of dialectical historical materialism we will try to elucidate what is the social issue. Therefore, from this Marxist methodological fitting, the intent of the text will be a brief analysis of the concrete relation of modernity and social issue in Brazilian context.

Such assumptions being exposed enabled us to conclude based on ontology luckácsiana the relationship of modernity and the social issue.

**KEYWORDS:** Social issue; Modernity; Concrete reality; Ontology; Luckács.

### **LA RELACIÓN ONTOLÓGICA DE LA CUESTIÓN SOCIAL CON LA MODERNIDAD EN EL CONTEXTO BRASILEÑO**

**RESUMEN:** Primeramente, a partir del método de análisis del materialismo histórico dialéctico, intentaremos elucidar lo que es la cuestión social. A partir de ese ajuste metodológico marxista, el propósito del texto será un breve análisis de la relación concreta de la modernidad y cuestión social en el contexto brasileño. Tales premisas, siendo expuestas, nos permitieron concluir con base en la ontología luckácsiana la relación de la modernidad y la cuestión social.

**PALABRAS CLAVE:** Cuestión social; Modernidad; Realidad concreta; Ontología; Luckács.